

A participação do Brasil no comércio internacional de serviços*

Beky Moron de Macadar**

Economista da FEE

Nas últimas décadas, a aceleração das inovações tecnológicas nas áreas de transporte, informática e telecomunicações, incluindo o desenvolvimento da *internet* e do comércio eletrônico, proporcionou às empresas o acesso a recursos distantes, aumentando a possibilidade de atender a mercados geograficamente mais abrangentes. A revolução tecnológica em curso, reforçada pela difusão de políticas neoliberais de desregulamentação e liberalização dos mercados, impulsionou o crescimento dos investimentos diretos no exterior (IDE) e o comércio internacional de bens e serviços. Sem dúvida, a maior importância dos serviços verificada atualmente está intimamente ligada às transformações decorrentes da revolução tecnológica e tem levado as autoridades brasileiras a incluírem a exportação de serviços como objetivo estratégico, conforme registrado na **Estratégia Brasileira de Exportação 2008-2010**¹ (Brasil, 2008b).

A Estratégia vem ao encontro da necessidade de aumentar a presença comercial brasileira no mundo, dado que a participação do País nos fluxos internacionais de bens e serviços é medíocre e não tem conseguido acompanhar as taxas de crescimento das economias emergentes que fazem parte do chamado BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China. Para tratar dessa baixa *performance*, a Estratégia Brasileira de Exportação enumera cinco macroobjetivos que deverão contribuir para a ampliação das exportações brasileiras de bens e serviços, um dos quais trata, especificamente, do incremento das exportações de serviços.

As vantagens e as carências das exportações brasileiras de bens são sobejamente conhecidas e são

alvo dos primeiros quatro macroobjetivos² da Estratégia. Apenas recentemente, a exportação de serviços passou a ter maior visibilidade e reconhecimento no Brasil, não só como fonte adicional de recursos, que poderia contribuir para reduzir a vulnerabilidade externa, mas também pelo papel coadjuvante que desempenha na exportação de bens e na abertura de novos mercados. Assim sendo, o incremento das exportações de serviços é peça fundamental da Estratégia Brasileira de Exportação.

Em 2007, a participação brasileira no comércio internacional de serviços representava, aproximadamente, 0,7% do total mundial, e a meta estabelecida na PDP visa aumentá-la para 1% até 2010, o que representa, aproximadamente, US\$ 39,5 bilhões. Para alcançar esse objetivo, a Estratégia prevê quatro linhas de ação principais (Brasil, 2008b):

- a) aprimoramento dos sistemas de informação e gestão sobre o comércio de serviços;
- b) ampliação de crédito e desoneração das exportações;
- c) capacitação de prestadores de serviços para o comércio exterior;
- d) promoção das exportações de serviços.

Além das linhas de ação supracitadas, a Estratégia incorpora um conjunto de programas, ações e instrumentos com a finalidade de atingir a meta estabelecida pela PDP.

Os objetivos deste artigo são analisar o papel das atividades internacionais de serviços na geração de renda e riqueza das economias modernas, essencial para visualizar as oportunidades e os desafios da internacionalização das empresas brasileiras do setor de serviços; analisar o comércio internacional de serviços brasileiro, utilizando as estatísticas nacionais de diferentes fontes atualmente disponíveis, embora ainda não totalmente harmonizadas; e delinear sucintamente os compromissos

* Artigo recebido em 13 out. 2008.

** E-mail: macadar@fee.tche.br

¹ Em 3 de setembro de 2008, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) anunciou a **Estratégia Brasileira de Exportação 2008-2010** (Brasil, 2008b) como desdobramento da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), lançada em maio de 2008 pelo Governo Federal, com o objetivo de estimular a exportação de bens e serviços (Brasil, 2008c).

² Esses macroobjetivos se referem a: (a) aumento da competitividade da base exportadora brasileira; (b) agregação de valor às exportações; (c) aumento da base exportadora; e (d) ampliação de acesso a mercados.

assumidos em foros internacionais que normatizam o acesso a mercados e aumentam a abrangência do comércio de serviços.

Do que trata o comércio internacional de serviços?

A recente tendência à inclusão do comércio de serviços, junto com o comércio de bens, nos acordos comerciais internacionais levou à necessidade de se produzirem estatísticas mais pertinentes, detalhadas e internacionalmente comparáveis, que pudessem atender à crescente demanda por informações por parte de governos, empresas e analistas. Para tanto, as Nações Unidas criaram a Equipe de Tarefas Interinstitucionais das Nações Unidas³ para a elaboração de um manual de estatísticas sobre o comércio internacional de serviços que orientasse os governos nessa empreitada (Nações Unidas, 2003). Com esse objetivo, a Equipe passou a dar uma interpretação mais ampla à expressão “comércio internacional de serviços”, embora mantendo o conceito tradicional de serviços.

O termo serviços cobre uma gama tão heterogênea de produtos e atividades intangíveis que elas dificilmente podem ser contidas em uma definição simples. Além disso, muitas vezes, resulta difícil separar os serviços dos bens com os quais estão associados de diferentes formas. Conforme o **Manual das Nações Unidas** (Ibid. 2003), a abordagem dos serviços utilizada por eles geralmente segue a descrição apresentada no Sistema de Contas Nacionais 1993⁴, onde se esclarece que, via de regra, os serviços não são entidades separadas sobre as quais possam ser estabelecidos direitos de propriedade. São produzidos e fornecidos simultaneamente, ou seja, quando termina sua produção, o consumidor já os recebeu. Entretanto há um grupo de indústrias, classificadas como indústrias de serviços, cujos produtos

têm muitas das características dos bens. É o caso das indústrias relacionadas com o fornecimento, a armazenagem, a comunicação e a difusão da informação, a assessoria e a recreação. Os produtos dessas indústrias, sobre os quais é possível estabelecer direitos de propriedade, freqüentemente são armazenados em objetos físicos e podem ser vendidos da mesma forma que os bens comuns. Por exemplo, um serviço de *software* pode ser armazenado em meio eletrônico, e um filme feito no Brasil pode ser assistido nos Estados Unidos, não havendo simultaneidade entre produção e consumo.

No que diz respeito ao comércio internacional de serviços, até a publicação do **Manual das Nações Unidas** (Ibid. 2003), o significado convencional utilizado nas estatísticas relacionadas com esse tema era aquele indicado na quinta edição do **Manual de Balanço de Pagamentos do Fundo Monetário Internacional**, de 1993, que define o comércio internacional de serviços como aquele efetuado entre os residentes e os não-residentes de um país. Porém muitos serviços não são transportáveis e requerem a proximidade física do fornecedor em relação ao cliente. Para que seja possível o comércio internacional de serviços não transportáveis, é necessário que o consumidor se desloque em direção ao fornecedor ou vice-versa, e isso está previsto em acordos comerciais internacionais relacionados com o comércio de serviços, particularmente no Acordo Geral Sobre o Comércio de Serviços (GATS) da Organização Mundial do Comércio. É por esse motivo que o Manual ampliou a definição de comércio internacional de serviços, para incluir o valor dos serviços prestados através de filiais estabelecidas no exterior.

O GATS foi assinado em 1994 e entrou em vigor em 1995. No Acordo, foram estabelecidos quatro modos de prestação de serviços internacionalmente: o comércio transfronteiriço (modo 1), o consumo no exterior (modo 2), a presença comercial (modo 3) e o movimento temporário de profissionais (modo 4). O critério de inclusão em um dos modos leva em consideração se há deslocamento do fornecedor ou do consumidor do serviço de um país a outro para a realização da transação, ou se nenhum deles se desloca.

O modo 1 aplica-se quando o provedor do serviço se encontra em um país e presta o serviço a um consumidor que está no outro, sem que nenhum deles se desloque para o território do outro. A prestação do serviço pode realizar-se, por exemplo, por fax, telefone, *internet* ou envio de documentos por correio.

O modo 2 descreve o processo através do qual um consumidor residente de um país se desloca a um outro, para receber um serviço. As atividades dos turistas, como

³ Compunham a Equipe de Tarefas Interinstitucionais das Nações Unidas a própria organização, além da Comissão das Comunidades Europeias (CCE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Conferência das Nações Unidas Sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

⁴ Também elaborado por uma equipe interinstitucional constituída pela Comissão das Comunidades Europeias, pelo Fundo Monetário Internacional, pela Organização Para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, pelas Nações Unidas e pelo Banco Mundial.

visitas a museus e teatros, são exemplos típicos de consumo no exterior. Já a coleta de informações dos outros dois modos é mais complexa.

O modo 3 trata dos casos em que as empresas de um país prestam serviços internacionalmente, através das atividades de suas filiais no estrangeiro. Decorre da necessidade de se estabelecer uma presença comercial no exterior, para ficar em contato direto com o consumidor nas diferentes etapas da produção e na entrega do serviço. Assim, as vendas realizadas pelas filiais das empresas de determinado país no exterior são consideradas o indicador estatístico básico do modo 3, porque, de certo modo, essas vendas estariam substituindo exportações transfronteiriças. Outras variáveis básicas utilizadas para avaliar adequadamente os efeitos econômicos das atividades das filiais no exterior são a produção, o número de empregados, o valor adicionado, as exportações e as importações de bens e serviços e o número de empresas. Os serviços de construção prestados por uma empresa brasileira de engenharia estabelecida na Argentina são um exemplo típico dessa modalidade. Cabe ressaltar-se que o investimento direto no exterior é, frequentemente, um requisito necessário para o estabelecimento da presença comercial, e, portanto, as estatísticas dos IDE complementam aquelas sobre o comércio de serviços de filiais no exterior, proporcionando informações sobre a forma em que são fornecidos os serviços relacionados com a presença comercial.

O último dos modos, o modo 4 corresponde à situação em que um indivíduo se desloca ao país do consumidor para lhe proporcionar um serviço por conta própria ou por conta do seu empregador. Em consequência, envolve duas categorias diferentes de pessoas físicas: trabalhadores independentes e funcionários. Os serviços de auditoria financeira e o fornecimento de serviços recreativos são alguns exemplos do modo 4.

Em função de compromissos assumidos na OMC, o Brasil, assim como todos aqueles países signatários do GATS, deve adaptar-se às classificações internacionalmente aceitas e está trabalhando para desenvolver uma sistemática de coleta de dados do comércio exterior de serviços, para adequar as estatísticas brasileiras a essas quatro categorias.

Atualmente, a Secretaria de Comércio e Serviços (SCS) do MDIC utiliza os dados do comércio de serviços extraídos da conta de serviços do balanço de pagamentos, deduzidos os serviços governamentais. Para complementar as classificações de serviços do Banco Central do Brasil (Bacen), a SCS vale-se daquelas citadas acima, bem como de dados extraídos da Pesquisa Anual

de Serviços (PAS) da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Devido às diferenças metodológicas de mensuração adotadas pelo Bacen e pela OMC, ainda existem divergências nos resultados sobre o comércio exterior brasileiro de serviços, que deverão ser sanadas com o desenvolvimento e a implantação do Sistema Integrado de Comércio Exterior de Serviços (Siscoserv), sistema similar ao Siscomex, que integra todas as atividades de registro das operações de comércio exterior de serviços e cujo funcionamento está previsto para iniciar a partir de 2009. Enquanto o Siscoserv não ficar pronto, é preciso analisar os dados de diversas fontes para ter uma noção dos setores nos quais o Brasil é competitivo e aqueles nos quais é mais dependente das importações.

Dada a importância que o setor de serviços adquiriu na última década, graças ao desenvolvimento das tecnologias da informação e de comunicações, que se transformaram em verdadeiras infra-estruturas para a produção e para as transações comerciais, o tema dos serviços possui um caráter estratégico fundamental para o Brasil nas negociações internacionais. Entretanto, assim como no mercado de bens, o mercado de serviços também enfrenta restrições ao comércio, as quais ocorrem basicamente pelo estabelecimento de limitações de acesso a mercado e tratamento nacional, incorporadas na legislação nacional e nas restrições constitucionais e legais (Brasil, 2008b).

O comércio internacional de serviços e a participação brasileira

De acordo com dados da United Nations Conference on Trade and Development (Handb. Statist., 2008), entre 2000 e 2007, o comércio internacional de serviços cresceu 118,6%, contra 114,2% verificado no comércio de bens, e, em 2007, já representava 24% do comércio de bens. Nesse mesmo ano, o comércio mundial de serviços movimentou US\$ 3.337,5 bilhões, tendo os países desenvolvidos participado com 72% desse total (Handb. Statist., 2008). A Tabela 1 mostra o *ranking* dos principais países exportadores e importadores mundiais de serviços no ano de 2006, bem como a participação brasileira.

No Brasil, o setor de serviços atualmente representa cerca de 66% do PIB, enquanto, nos países desenvolvidos, esse percentual alcança aproximadamente 80%. No ano de 2006, o Brasil ocupou a trigésima

segunda posição no *ranking* dos principais exportadores mundiais e a vigésima sexta colocação entre os principais importadores (Int. Trade Statist., 2007). Vale salientar-se que, dos investimentos diretos estrangeiros que aportaram no País, entre 2001 e 2007, 53,3% foram direcionados para o setor de serviços, principalmente para os segmentos de serviços financeiros, telecomunicações e de serviços prestados às empresas (Bacen, 2008).

Já em relação aos valores transacionados com o exterior, em 2007, as exportações brasileiras de serviços somaram US\$ 22,5 bilhões, 25,7% acima das vendas de 2006, de US\$ 17,9 bilhões. Apesar de representarem apenas 14,0% e 13,0%, respectivamente, das exportações de bens desses mesmos anos, nos últimos três anos os serviços apresentaram uma taxa de crescimento expressivamente mais elevada do que aqueles (Tabela 2). Entretanto esse esforço não foi suficiente para compensar os níveis mais elevados das importações. Cabe salientar-se que, segundo dados da publicação **Panorama do Comércio Internacional de Serviços**, do MDIC, em 2007, o número de empresas exportadoras de serviços foi de 22.653, enquanto o número de pessoas físicas alcançou a cifra de 54.420. Analisando as empresas por faixa de valor, verifica-se que 72,3% exportavam entre US\$ 1.000,00 e US\$ 100.000,00, e 16,8%, entre US\$ 100.000,00 e US\$ 500.000,00, enquanto apenas 6,7% exportavam acima de US\$ 1 milhão (Brasil, 2008a), ou seja, a maior parte das empresas exporta valores ainda pouco expressivos.

A balança de serviços de 2007 mostra que o Brasil ainda tem importantes carências nas áreas aluguel de equipamentos (-US\$ 5,8 bilhões), transporte (-US\$ 4,2 bilhões), viagens internacionais (-US\$ 3,3 bilhões), computação e informação (-US\$ 2,1 bilhões) e *royalties* e licenças (-US\$ 1,9 bilhão), entretanto conseguiu transformar em superávit os déficits amargados, entre 2004 e 2006, na conta de serviços financeiros, embora ainda seja pouco expressivo em valor (US\$ 283 milhões) (Tabela 3).

Por outra parte, o País demonstra ter uma competitividade expressiva na área de serviços empresariais, profissionais e técnicos (US\$ 6,2 bilhões). Analisando de forma mais desagregada essa conta (Tabela 4), observa-se que a exportação da conta de serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos cresceu 88,6% entre 2004 e 2007, gerando um saldo positivo de US\$ 2,3 bilhões. Uma outra conta que apresenta uma variação positiva das exportações (70,4%) no mesmo período é a de instalação e/ou manutenção de escritórios, administrativos e aluguel de imóveis, com participação de US\$ 2,3 bilhões no saldo da balança em 2007. Entretanto a conta que apresenta a variação mais

significativa é a de honorário de profissional liberal, com um crescimento das exportações de 2.721% no período e saldo de US\$ 1,4 bilhão.

Os principais estados exportadores e importadores brasileiros para o ano de 2007, bem como suas respectivas participações, constam da Tabela 5. Percebe-se que os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro concentram 90,6% das exportações e 79% das importações. O fato sugere que uma das principais preocupações do Governo deveria ser, além de aumentar as exportações, conseguir sua desconcentração.

Em relação aos países de aquisição das exportações brasileiras de serviços, também se verifica uma elevada concentração, neste caso, em um único país, já que 53,6% tiveram como destino os Estados Unidos em 2007. Os principais serviços adquiridos por esse país são: (a) comércio por atacado, exceto veículos automotores (20,3%), (b) manutenção e reparo de máquinas (19,5%) e (c) serviços de tecnologia da informação (10,2%). Outros países com representatividade menor nas exportações brasileiras de serviços são os Países Baixos, o Reino Unido, a Alemanha e a França, com uma participação de 5,4%, 4,4%, 3,6% e 2,4% respectivamente (Brasil, 2008a).

Tabela 1

Ranking dos principais países exportadores e importadores de serviços — 2006

RANKING DOS PAÍSES EXPORTADORES	VALOR (US\$ bilhões)	PARTICIPAÇÃO %	VARIAÇÃO % ANUAL	RANKING DOS PAÍSES IMPORTADORES	VALOR (US\$ bilhões)	PARTICIPAÇÃO %	VARIAÇÃO % ANUAL
1 Estados Unidos	388,8	14,1	10	1 Estados Unidos	307,8	11,6	9
2 Reino Unido	227,5	8,3	11	2 Alemanha	219,1	8,3	7
3 Alemanha	168,8	6,1	12	3 Reino Unido	172,0	6,5	8
4 Japão	122,5	4,4	14	4 Japão	144,0	5,4	9
5 França	114,5	4,2	0	5 França	108,8	4,1	4
6 Espanha	105,5	3,8	12	6 China	100,3	3,8	21
7 Itália	97,5	3,5	10	7 Itália	98,4	3,7	11
8 China	91,4	3,3	24	8 Irlanda	78,4	3,0	12
9 Países Baixos	82,5	3,0	5	9 Países Baixos	78,1	2,9	8
10 Índia	73,8	2,7	36	10 Espanha	77,9	2,9	17
11 Hong Kong	72,7	2,6	14	11 Canadá	71,7	2,7	11
12 Irlanda	68,0	2,5	20	12 Coreia do Sul	69,8	2,6	20
13 Áustria	58,9	2,1	11	13 Índia	63,7	2,4	29
14 Canadá	57,7	2,1	7	14 Cingapura	60,8	2,3	12
15 Bélgica	57,6	2,1	7	15 Bélgica	54,0	2,0	7
16 Cingapura	57,3	2,1	12	16 Áustria	53,3	2,0	9
17 Dinamarca	51,7	1,9	19	17 Dinamarca	45,0	1,7	21
18 Luxemburgo	51,1	1,9	26	18 Rússia	44,3	1,7	15
19 Suíça	50,6	1,8	10	19 Suécia	39,3	1,5	12
20 Coreia do Sul	50,4	1,8	15	20 Hong Kong	36,6	1,4	8
32 Brasil	17,9	0,7	20	27 Brasil	26,9	1,0	21
Subtotal	2 066,7	75,0	-	Subtotal	1 950,2	73,5	-
Total mundial	2 755,0	100,0	-	Total mundial	2 650,0	100,0	-

FONTE: Organização Mundial do Comércio.

Tabela 2

Balança comercial de bens e serviços do Brasil — 2004-07

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005		2006		2007	
	Valor (US\$ bilhões)	Δ% Anual	Valor (US\$ bilhões)	Δ% Anual	Valor (US\$ bilhões)	Δ% Anual	Valor (US\$ bilhões)	Δ% Anual
Exportações de bens (A)	96,5	32,0	118,3	22,6	137,8	16,5	160,7	16,6
Exportações de serviços (B)	11,6	21,5	14,9	27,8	17,9	20,5	22,5	25,7
B/A (%)	12,1	-	12,6	-	13,0	-	14,0	-
Importações de bens (C)	62,9	30,3	73,6	17,0	91,4	24,2	120,6	31,9
Importações de serviços (D)	16,1	12,3	22,4	39,1	27,1	20,9	34,8	28,4
D/C (%)	25,6	-	30,4	-	29,6	-	28,9	-
Déficit em serviços	-4,5	-6,2	-7,6	68,4	-9,2	21,8	-12,3	33,7

FONTE: Banco Central do Brasil.

Tabela 3

Balança de serviços do Brasil — 2004-07

(US\$ milhões)

ITENS	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES				SALDO			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Serviços	11 626	14 856	17 959	22 469	16 112	22 409	27 149	34 388	-4 486	-7 553	-9 190	-11 919
Transportes	2 467	3 139	3 439	3 973	4 453	5 089	6 565	8 192	-1 986	-1 950	-3 126	-4 218
Viagens internacionais	3 222	3 861	4 316	4 953	2 871	4 720	5 764	8 211	351	-858	-1 448	-3 258
Seguros	105	134	324	543	649	702	755	1 308	-544	-568	-430	-766
Serviços financeiros	423	507	751	1 090	499	737	861	807	-77	-230	-110	283
Computação e informação	53	88	102	161	1 281	1 713	2 005	2 273	-1 228	-1 626	-1 903	-2 112
<i>Royalties</i> e licenças	113	102	150	319	905	1 404	1 664	2 259	-792	-1 303	-1 513	-1 940
Aluguel de equipamentos	59	78	77	31	2 225	4 208	4 964	5 802	-2 166	-4 130	-4 887	-5 771
Comunicações	243	239	205	276	70	112	102	96	174	127	104	180
Construção	1	8	23	17	0	0	4	4	1	8	18	12
Relativos ao comércio	379	606	967	956	613	885	967	938	-235	-279	1	18
Empresariais, profissionais e técnicos	4 515	6 038	7 524	10 076	2 136	2 387	2 967	3 846	2 378	3 651	4 556	6 230
Pessoais, culturais e recreação	47	56	81	73	409	451	533	651	-362	-396	-452	-578

FONTE: Banco Central do Brasil.

Tabela 4

Balança de serviços empresariais, profissionais e técnicos do Brasil — 2004-07

(US\$ milhões)

ITENS	EXPORTAÇÕES				IMPORTAÇÕES				SALDO			
	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007	2004	2005	2006	2007
Empresariais, profissionais e técnicos	4 515	6 038	7 524	10 076	2 136	2 387	2 967	3 846	2 378	3 651	4 556	6 230
Aquisição de medicamentos no exterior	-1	0	0	0	0	0	0	0	-1	0	0	0
Encomendas postais	2	3	3	3	33	37	40	36	-30	-34	-37	-33
Honorário de profissional liberal	67	455	1 437	1 890	6	147	403	468	61	308	1 034	1 423
Instalação e/ou manutenção de escritórios, administrativos e aluguel de imóveis	1 694	1 906	2 055	2 887	335	378	484	632	1 359	1 528	1 572	2 254
Participação em feiras e exposições	8	17	18	20	38	47	53	57	-30	-29	-35	-37
Passe de atleta profissional	102	158	131	219	4	7	14	16	98	151	117	203
Publicidade	105	116	155	202	158	58	92	119	-53	58	64	83
Serviços de arquitetura, engenharia e outros técnicos	2 535	3 374	3 682	4 780	1 560	1 709	1 882	2 513	975	1 665	1 800	2 267
Serviços implantação e/ou instalação de projeto técnico-econômico	0	8	42	74	0	4	0	5	0	4	42	70

FONTE: Banco Central do Brasil.

Tabela 5

Participação dos principais estados exportadores e importadores de serviços no total do Brasil — 2007

a) exportações	
ESTADOS E TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
São Paulo	54,4
Rio de Janeiro	36,2
Paraná	1,9
Rio Grande do Sul	1,7
Minas Gerais	1,6
Santa Catarina	0,7
Demais estados	3,5
TOTAL	100,0

b) importações	
ESTADOS E TOTAL	PARTICIPAÇÃO %
São Paulo	52,1
Rio de Janeiro	26,9
Minas Gerais	6,3
Amazonas	3,6
Paraná	2,5
Rio Grande do Sul	2,3
Demais estados	6,3
TOTAL	100,0

FONTE: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio.

Considerações finais

No plano internacional, são crescentes as reivindicações para que o Brasil abra mais o seu mercado para o comércio de bens e de serviços. Por outra parte, dada a maior internacionalização da economia, um número cada vez maior de empresas brasileiras tem estratégias agressivas na prestação de serviços no exterior, em áreas onde o País é eficiente e competitivo, tais como engenharia, arquitetura e construção civil, serviços profissionais de publicidade e advocacia, *software*, dentre outros. Assim sendo, as negociações internacionais em serviços, seja em acordos comerciais multilaterais (OMC), regionais (Mercosul, Unasul) seja interblocos (Mercosul, UE), terão, crescentemente, desdobramentos que pressionarão pelo acesso ao mercado brasileiro no setor de serviços, e, ao mesmo tempo, o Brasil deverá defender os interesses de empresas brasileiras do mesmo setor interessadas na abertura dos mercados externos para seus produtos.

Um outro aspecto que deverá influenciar o saldo brasileiro na conta de serviços do balanço de pagamentos é a variação da taxa de câmbio. Estando a moeda nacional valorizada, a tendência é aumentar a compra de serviços no exterior e continuar mantendo a conta de serviços deficitária. Contudo um aumento no preço do dólar poderá levar a uma redução das despesas com viagens internacionais, transportes, aluguel de equipamentos, *royalties* e licenças, dentre outros, dado que as despesas no exterior se elevarão, quando convertidas em reais. Inversamente, a remessa de rendimentos das filiais de multinacionais para suas matrizes será menor na conversão dos reais para outra moeda estrangeira.

Referências

BANCO CENTRAL DO BRASIL — Bacen. **Investimentos estrangeiros diretos**: distribuição por atividade econômica de aplicação de recursos. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?INVEDIR>>. Acesso em: 10 set. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Serviços:** Panorama do Comércio Internacional — 2007 — Dados Consolidados. [Brasília]: MDIC, 2008a. v. 3, n. 1. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/portalmdic/>>. Acesso em: 05 ago. 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Estratégia brasileira de exportação 2008-2010**. 28 ago. 2008b. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/portalmdic/>>. Acesso em: 10 set. 2008

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Política de desenvolvimento produtivo**. 2008c. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/>>. Acesso em: 10 set. 2008.

HANDBOOK OF STATISTICS 2008. Genebra: UNCTAD, 2008. Disponível em: <<http://stats.unctad.org/Handbook/>>.

INTERNATIONAL TRADE STATISTICS — 2007. Genebra: World Trade Organization, 2007. Disponível em: <<http://www.wto.org/english/>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

NAÇÕES UNIDAS et al. **Manual de estadísticas del comercio internacional de servicios**. Genebra: Publicações Naciones Unidas, 2003. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/tradeserv/>>. Acesso em: 26 ago. 2008.